

# O *Carlismo* como Mito Político: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e a memória da participação de Minas Gerais (Brasil) na Revolução de 1930

*Danyllo Di Giorgio Martins Mota*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Aparecida de Goiânia - Goiás - Brasil  
danyllodigiorgio@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo discutir a construção de um mito político sobre a atuação de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada presente em sua narrativa biográfica e fundamentado pelos textos de memória sobre a Revolução de 1930 produzidos em Minas Gerais. Tais obras apontam para a necessidade de criação de um discurso que se oponha ao que foi consagrada pela cultura histórica, dominada pela memória varguista. A ideia de mito político se apresenta no superdimensionamento das ações políticas de Antônio Carlos atribuindo-lhe uma condição de relevância que não é encontrada em outras narrativas que compõem tal cultura histórica. Aqui apresentamos a ideia de *carlismo* que atribui a este sujeito a condição de proeminência no campo político mineiro e nacional entre as décadas de 1920 e 1930, constituindo-se em um mito que estabelece a ligação entre passado e futuro como forma de manter viva na contemporaneidade a memória de sua atuação.

**Palavras-chave:** Revolução de 1930. Minas Gerais. Memória. Mito Político. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

---

## **Introdução: Antônio Carlos e a memória da Revolução de 1930**

O Andrada da República: este é o subtítulo da biografia de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Deste pequeno enunciado podemos retirar alguns elementos que servem como guia para a análise do uso da memória como elemento de manutenção do poder de grupos políticos. Antônio Carlos (1870 – 1946) teve destacada participação política na Primeira República e na década de 1930, sendo um dos principais articuladores da Aliança Liberal e do processo revolucionário de 1930. Ocupou inúmeros cargos políticos entre as décadas de 1900 e 1930 como de Secretário da Fazenda do Estado de Minas Gerais, Ministro da Fazenda, Deputado Federal, Presidente do Estado de Minas Gerais, Presidente da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e da Câmara dos Deputados.

O nome Andrada já traz em si um peso que pode ser verificado no campo historiográfico brasileiro. As referências às ações políticas da tríade dos Andradas,

sobretudo José Bonifácio de Andrada e Silva<sup>1</sup>, que ficou consagrado como o Patriarca da Independência, se mantém como tema importante e recorrente na historiografia sobre este processo, permanecendo como elemento de destaque na memória nacional. O lugar ocupado por seus irmãos, Martin Francisco e Antônio Carlos, ainda que secundário, não elimina o uso das narrativas sobre suas atuações como referência para a posteridade. A tradição tem um lugar central no enunciado.

Um Andrada na República se refere à manutenção de uma tradição que tem origem na Colônia – ainda que os marcos temporais e as próprias ações que justifiquem a existência dessa tradição nem sempre sejam tão exatos. Essa tradição se prolonga por todo o período Imperial. Este é apontado como fruto da própria ação dos Andradas revestida sempre pelos aspectos do patriotismo, da ação pública desinteressada, da abnegação. Essa tradição é, portanto, política, pois surge por meio da ação no âmbito público. Mas é também familiar, já que se torna uma marca do clã, da linhagem, uma herança, uma marca da expressão genética do grupo. Ser um Andrada significa ser um agente político e portar as características superiores de uma aristocracia que por ter à sua disposição tudo o que material e moralmente pode ser disponibilizado ao homem, podem agir sem a interferência de interesses pessoais e atender aos anseios do conjunto social. A tradição é assim política e familiar e se prolonga no tempo orientado pelos diferentes momentos políticos da nação; entre a Colônia e o Império.

Os Andradas fazem parte da história política nacional, suas ações estão impressas na memória e na historiografia. A herança familiar e a cultura política os mantêm no centro do teatro do poder. Mas a presença na política ainda se estende à República. O ramo familiar transplantado em Minas Gerais – que não era o berço da família no Brasil, mas que será o campo de atuação mais marcante dos Andradas durante a República<sup>2</sup> – toma para si o protagonismo político por meio do auto-elogio e das referências à distinção de suas origens. Os Andradas permanecem no cenário político nacional no período republicano e sua base de sustentação continua sendo a

---

<sup>1</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva (1763 – 1838) foi político de papel importante no processo de Independência do Brasil, sendo identificado por parte da imprensa da época como o “Patriarca da Independência”. O debate em torno da recepção dessa identificação de José Bonifácio com o processo de Independência, o debate entre posições elogiosas e críticas às suas ações por meio da Imprensa e a recepção pela historiografia podem ser consultados no texto de Emília Viotti da Costa, *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, especialmente no capítulo 2, *José Bonifácio: mito e história*, 6ª edição, São Paulo: UNESP, 1999, p. 61 – 130.

<sup>2</sup> O ramo mineiro da família Andrada se originou com a ida em 1865 para a cidade de Barbacena do bacharel Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1835 – 1893), pai do político cuja trajetória é analisada neste trabalho. A princípio a estada na cidade era para o tratamento de saúde, mas se tornou permanente a partir de seu casamento com Adelaide Lima Duarte (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 13).

tradição política e familiar. Neste cenário Antônio Carlos Ribeiro de Andrada é o elo entre a tríade Andradina do Império e seus herdeiros que pleiteiam a manutenção da família nos lugares centrais do cenário político do país. A ocupação de cargos políticos de destaque durante a Primeira República, como o Ministério da Fazenda e a presidência do Estado de Minas Gerais, e sua atuação como uma das lideranças da Aliança Liberal e do processo revolucionário de 1930 são os elementos que sustentam as narrativas que defendem a relevância da atuação de Antônio Carlos como permanência da família Andrada no centro do poder.

Para além do destaque político de Antônio Carlos com os processos que deram origem e que resultaram do levante de 1930, como sua participação na Constituinte de 1933-1934 da qual foi presidente, temos outros membros da família que atuaram na vida pública ao longo do período republicano. Destes membros da família destacamos dois: José Bonifácio Lafayette de Andrada<sup>3</sup> e José Bonifácio Tamm de Andrada<sup>4</sup>. O primeiro era sobrinho de Antônio Carlos. O segundo é seu filho e, portanto, sobrinho neto de Antônio Carlos. Ambos ocupam cargos no legislativo federal e dão continuidade à longa tradição familiar de atuação na política nacional.

Mas a manutenção do capital político da família e do lugar de centralidade não se mantém apenas pela repetição dos nomes ilustres. A preservação do capital político, sua reprodução e ampliação se dão por meio da construção de um discurso que busca legitimar a presença tão longeva da família na vida pública. A oxigenação da tradição familiar passa pelo processo de atualização dos elementos que justificam sua permanência no cenário político. Tal justificativa se dá por meio da construção da memória, do destaque às realizações, da constante justificação das ações dos agentes políticos da família. Para tanto é preciso estabelecer relações entre os agentes políticos de diferentes tempos, entre passado e presente que demonstrem a manutenção da tradição e, também, a um só tempo, sua atualização constante às novas demandas, às novas configurações sociais. Desse modo se justifica a permanência familiar na política como um ente que mantém suas características essenciais, mas se adapta às demandas que os novos tempos impõem.

---

<sup>3</sup> Dentre outros cargos, José Bonifácio Lafayette de Andrada (1904 – 1986), também chamado de Zezinho Bonifácio, exerceu mandatos de deputado federal entre 1946 e 1978 tendo ocupado postos de liderança de bancada e a presidência da Câmara dos Deputados.

<sup>4</sup> A partir de 1978 a família Andrada passou a ser representada no legislativo nacional por José Bonifácio Tamm de Andrada (n. 1930). Este foi eleito em 2014 para seu décimo mandato consecutivo garantindo à família Andrada uma representação legislativa nacional ininterrupta desde a formação do Congresso em 1823.

Os textos biográficos, as compilações de discursos e artigos jornalísticos, a constante referência aos antepassados contribui para a construção de uma narrativa que estabelece a ligação entre essas várias temporalidades: o passado mais afastado, da tríade Andradina original na passagem da Colônia para o Império; os agentes políticos do Segundo Reinado e do início da República; os promotores da Revolução de 1930; e os agentes dos períodos mais recentes da República. O elo entre estes vários tempos encontra-se na produção de memória empreendida, incentivada e patrocinada pela própria família Andrada.

### Memória, biografia e mito político

As obras que analisamos são a biografia *Presidente Antônio Carlos: um Andrada na República; o arquiteto da Revolução de 30*, de Ligia Maria Pereira e Maria Auxiliadora de Faria (1998) e o livro *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930*, de Aurino de Moraes (1933). Apontamos como elemento fundamental de sua produção a busca por um lugar de centralidade para Antônio Carlos na memória sobre os fatos políticos dos quais participou ao longo dos seus quarenta anos de carreira política<sup>5</sup>.

A biografia produzida por Pereira e Faria é o projeto mais completo de memória sobre Antônio Carlos, mas não o único. Já durante a década de 1940 foram produzidas coletâneas de discursos do político mineiro e de artigos veiculados na imprensa que buscavam dar destaque às suas ações. Dentre essas obras destacam-se as que surgiram por iniciativa também da família, como a coletânea *Antônio Carlos – o Andrada da República*, compilado por Fábio Andrada, filho do político, e publicado em 1946. A luta contra o esquecimento também se expressa na publicação dos discursos de Antônio Carlos na campanha da Aliança Liberal. O livro, publicado já em 1930, traz em sua apresentação, escrita por Abílio Machado, a idéia de sua produção com o objetivo de permitir que a palavra do presidente não fosse esquecida (ANDRADA, 1930, p. VI).

---

<sup>5</sup> Neste sentido é importante destacar a iniciativa da produção, encomendada pela instituição mantenedora da Universidade Presidente Antônio Carlos, pertencente à família Andrada. A iniciativa familiar de reconstrução da memória também se encontra nos inúmeros depoimentos de parentes do biografado que contribuíram para a produção do texto (PEREIRA e FARIA, 1998, p. XI). De forma semelhante, o Simpósio realizado pela Câmara dos Deputados na Semana Comemorativa da Revolução de 1930, em outubro de 1980, contou com a participação, na organização e nos debates, de representantes da família de Antônio Carlos garantindo, como entendemos, a construção e manutenção de uma memória do biografado relacionada ao processo revolucionário.

A biografia que aqui utilizamos como objeto de estudo foi produzida ao longo da década de 1980 e publicada na década de 1990. Este dado aponta tanto para as dificuldades de tal memória pessoal se estabelecer no cenário da memória histórica, dada a distância temporal em relação ao período de atuação do biografado, quanto a resistência estabelecida por essa memória contra o esquecimento.

Já o livro de Aurino de Moraes apresenta um caráter memorialístico. Foi escrito em 1933, portanto em um momento muito próximo aos eventos que analisa. No texto a divisão entre Aliança Liberal e Revolução de 1930 aponta para a distinção entre dois tempos: primeiro o da preparação para o confronto com a estrutura política ultrapassada da Primeira República representado pelas ações do presidente da República Washington Luís; depois, o do embate direto e da tomada do poder que, no entanto, apresenta um novo cenário de conflitos, sobretudo com Getúlio Vargas que passa a ocupar um lugar de centralidade na nova configuração institucional. O destaque às ações de Minas Gerais, anunciadas já no título do livro, revelam-se ao longo da narrativa por meio dos posicionamentos de Antônio Carlos perante tais processos. Este é tomado como o grande líder do estado, representante da elite e conhecedor dos anseios do povo. Os sucessos de Minas Gerais são alcançados por meio das tomadas de decisão de Antônio Carlos. Assim, a memória sobre a Revolução de 1930 se confunde com as ações daquele que é apontado como seu líder e promotor.

Essa preocupação constante com a preservação da memória e com a apresentação de uma verdade nascida de uma experiência pessoal se relaciona à definição proposta por Noé Freire Sandes (2009, p. 43) de “passado como negócio”. Ao filtrar a experiência pessoal de Antônio Carlos estabelecendo o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido, definiu-se os parâmetros para uma cultura histórica a partir dos anseios políticos deste sujeito e de seu grupo social. A experiência da Primeira República é relegada ao esquecimento e o passado anterior a 1930 faz-se distante. O político passa a ser identificado com tais eventos tomados, a partir de então, como expressão de um projeto pessoal e resultante da ação individual sem a qual nada teria acontecido.

Contudo, apesar dessa busca pelo estabelecimento do lugar ocupado por Antônio Carlos na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, ele passou por um processo de marginalização progressiva na constituição da cultura histórica que consagra estes eventos. Na memória que se constitui no pós-1930 sua atuação passa a representar um tipo de ação política presa ao passado, cada vez mais remoto, da Primeira República.

Em certa medida essa visão encontra-se presente nos escritos sobre o novo papel desempenhado por Minas Gerais após a Revolução de 1930 e caracteriza a escrita biográfica sobre Antônio Carlos que oscila entre a adaptação do político aos novos tempos e o destaque da relevância de suas origens e tradição familiar. São essas relações entre o presente e o passado que nos conduzem à análise da escrita biográfica e memorialística sobre Antônio Carlos.

Um elemento muito presente nos textos sobre Antônio Carlos é a referência à tradição. Essa ideia se relaciona tanto à tradição familiar da qual ele seria o continuador, quanto à tradição política ligada ao caráter mineiro, referindo-se tanto ao povo quanto à elite do Estado<sup>6</sup>. A tradição familiar dos Andradas estabelece a ligação entre vários tempos: o passado identificado com a atuação política dos membros ilustres da família durante o período Imperial; o presente do biografado, onde ele é colocado como o guardião e mantenedor das práticas que identificam e distinguem a família no campo político e; o futuro do biografado, que também é o presente da produção da biografia, onde é feito o balanço das realizações da família e permanência da tradição que precisa ser preservada e rememorada. Dessa forma a biografia, que também lança mão dos textos de memória que discutem a atuação de Antônio Carlos, contribui para a construção de um mito político, ao dar destaque a determinados feitos e torná-los expressão de uma continuidade entre passado e futuro.

Ao discutir a formulação de mitos e mitologias políticas, Raoul Girardet (1987, p. 12) destaca a dificuldade de se trabalhar com este conceito. O autor aponta os três principais obstáculos no processo de interpretação do que são os mitos políticos. Estes obstáculos são da ordem do vocabulário e apontam para o problema do que de fato significa o termo mito já que o conceito pode estar ligado às idéias de fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Na primeira dessas definições o mito é visto como uma narrativa do passado, mas que conserva no presente um valor explicativo. Na segunda definição a noção de mito pode se confundir com a concepção de mistificação, onde este altera os dados da observação experimental

---

<sup>6</sup> Isso encontra-se expresso na ideia de *mineiridade*. Sob uma perspectiva essencialista este termo busca definir o caráter que identifica o povo mineiro a partir de elementos que seriam comuns à sua população como a religiosidade, o caráter conciliador, o conservadorismo, e os ideais liberais (ARRUDA, 1990; RAMALHO, 2014). Estes elementos encontram-se presentes nos textos de Antônio Carlos como elementos que estabelecem a relação entre o indivíduo e a sociedade no qual ele encontra-se inserido, tornando-o expressão política do próprio povo, seu representante natural e reafirmando suas ações como emanadas da vontade da população de Minas Gerais, reafirmando seu conhecimento sobre as necessidades e anseios dos grupos sociais que representa.

e contradiz as regras do raciocínio lógico, tornando um tipo de falsificação da experiência real. Na terceira definição o mito é apontado como um tipo de imaginação criadora onde um conjunto de imagens motrizes se configura como um apelo ao movimento ou a um tipo de ação.

O mito pode estar ligado ao passado, ao presente e ao futuro, como permanência, alteração discursiva ou projeção, respectivamente. O mito político moderno apresenta as três formulações, mas não é esgotado por nenhuma delas. Isto se deve ao fato de que um mesmo mito pode oferecer múltiplas ressonâncias e não menos numerosas significações (GIRARDET, 1987, p. 13 - 15). O mito é polimorfo e ambivalente e suas possibilidades de inversão correspondem à constante reversibilidade das imagens, símbolos e metáforas. As referências à tradição como forma de estabelecer uma ligação entre passado e presente pode conviver em um mito com a formulação de imagens motrizes que apontam para a projeção de um futuro desejado. Ao mesmo tempo o mito pode se colocar como o detentor da experiência do passado e o portador dos elementos de construção de um futuro esperado<sup>7</sup>. No sentido desta definição do conteúdo do discurso, Luis Felipe Miguel (1998) aponta algumas características do mito político moderno. Em sua definição o mito político é fruto, menos ou mais refletido, de uma estratégia política. O emissor do discurso o escolhe confiando em sua utilidade para a realização de seu projeto. Contudo, este discurso não pode ser reduzido à pura demagogia, pois seu veiculador pode vivenciá-lo como mistificação.

O que identificamos nos textos memorialísticos e biográfico sobre Antônio Carlos como elementos da construção de um mito político é a função clássica de reconciliação dos opostos, que pode ser percebido na unidade imaginada para o campo de disputas políticas estabelecido em Minas Gerais no pós-1930. Entendemos que o mito não necessariamente se refere a uma história falsa ou inventada – como em sua caracterização como mistificação –, mas como uma história que se torna significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento individual (factual ou não)

---

<sup>7</sup> Raoul Girardet (1987) define quatro elementos do mito político que podem ser identificados nos discursos políticos modernos: a conspiração, identificadas com ações políticas identificadas, em geral, com grupos políticos secretos ou marginais; o salvador, com a personificação de anseios políticos por um agente que se coloca como representante de um grupo, conhecedor dos anseios coletivos e, dessa forma, como solução para os problemas coletivos; a idade do ouro, que se liga à nostalgia em relação a um período identificado no passado e visto como superior e a partir do qual o presente deve se reordenar e; a unidade, relacionado à identificação de anseios coletivos que orientariam as expectativas dos indivíduos em uma sociedade.

transformando-o na formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura. A escrita biográfica, tal como os discursos políticos, apresenta seu caráter mítico na medida em que ao invés de apenas narrar o passado, narra o futuro, ou o futuro passado, como escreve Reinhart Koselleck (2006). Se a memória aponta os elementos que caracterizam as ações de Antônio Carlos, a biografia estabelece um novo sentido para os projetos políticos do biografado, reavalia seus resultados e confere a ele um lugar distinto na cultura histórica<sup>8</sup>.

Como característica dessa construção mítica, como a busca pela afirmação de um novo lugar na cultura histórica para Antônio Carlos, temos o projeto de reafirmação de sua importância política a partir da construção da ideia de *Carlismo*. Essa ideia encontra-se nos textos publicados entre a década de 1930 e 1940 e é reafirmado no texto biográfico da década de 1990. Passemos então para alguns apontamentos do que caracteriza a ideia de *carlismo*.

### O Carlismo como mito político

Neste trabalho de construção da memória e manutenção do agente político na cultura histórica, um dos pontos mais relevantes da biografia de Antônio Carlos é a busca pela afirmação do *carlismo* como corrente política. Esta faceta do mito político forjado na biografia pelos usos da memória se baseia na relação entre a tradição familiar dos Andradas, sua capacidade de liderança e as tradições políticas mineiras. O termo *carlismo* não é usual na historiografia para se definir a vertente teórico-política adotada por Antônio Carlos, nem a formação de um grupo político específico que seguiria as orientações ou o legado do chefe político mineiro. Contudo este termo é utilizado de forma constante no texto biográfico, não tendo, contudo, uma definição bem-acabada<sup>9</sup>. Dessa maneira, buscamos definir o que seria este *carlismo* questionando o peso político dessa corrente no cenário de Minas Gerais.

---

<sup>8</sup> Neste trabalho definimos *cultura histórica* a partir dos apontamentos de Elio Flores (2007, p. 95). Segundo Flores: "Entendo por cultura histórica os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia e do cânone historiográfico. Trata-se da intersecção entre a história científica, habilitada no mundo dos profissionais como historiografia, dado que se trata de um saber profissionalmente adquirido, e a história sem historiadores, feita, apropriada e difundida por uma plêiade de intelectuais, ativistas, editores, cineastas, documentaristas, produtores culturais, memorialistas e artistas que disponibilizam um saber histórico difuso através de suportes impressos, audiovisuais e orais".

<sup>9</sup> Não há nos textos sobre Antônio Carlos uma definição exata do que seria este carlismo. O que encontramos como elemento definidor é a organização de um grupo político que partilha dos mesmos

De forma geral os chefes políticos da Primeira República tinham seus correligionários identificados a partir de denominações que identificavam a liderança política. Desse modo, assim como na biografia encontramos o termo *carlismo*, também encontramos na historiografia termos como *bernardismo* e *getulismo*. No caso de Minas Gerais, essas correntes políticas se definiriam como a expressão das tradicionais lideranças políticas mineiras, distinguindo-se das lideranças tenentistas que buscavam a centralidade política (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 412). Seria assim uma forma de liderança política também distinta de um modelo que buscava se impor com a Revolução e a centralidade de Getúlio que se tornara crescente em âmbito nacional a partir do processo revolucionário. Essa forma de identificar tais correntes políticas ainda guarda o aspecto do personalismo característico da política da Primeira República e que se manteria com novas roupagens a partir da década de 1930.

O que encontramos na biografia é a busca pelo apontamento nas ações de Antônio Carlos de características excepcionais que o distinguiriam de seus pares políticos em Minas Gerais. Contudo, a ausência de uma delimitação clara do que estabeleceria essa distinção nos leva a três pontos: em primeiro lugar, o que caracterizaria este *carlismo* como corrente política? É possível definir a partir das ideias defendidas por Antônio Carlos e de suas ações efetivas no campo político uma corrente específica que o identifique no campo da política mineira e nacional? Segundo, considerando a possibilidade desta identificação, em que este projeto político se diferenciaria dos demais presentes no Estado de Minas Gerais no período de passagem das décadas de 1920 a 1930? O que encontramos e buscamos analisar com mais detalhamento é a identificação de Antônio Carlos com um projeto Liberal que, no entanto, caracteriza a maior parte dos políticos mineiros dos partidos dominantes do período, somado às ideias de tradição e conservadorismo. A relação entre estas três

---

ideais, ligados ao Liberalismo, e de um desprendimento dos interesses pessoais em nome das reivindicações políticas coletivas. Sua expressão encontra-se mais ligada à política mineira, sobretudo às frações da elite que se aliam a Antônio Carlos durante seu governo como Presidente do Estado de Minas Gerais (1926 – 1930). Mas também se torna expressão da política nacional na medida em que o *carlismo* é identificado com as ideias defendidas pela Aliança Liberal. Este elemento ressalta a importância de Antônio Carlos como líder deste movimento e realizador da Revolução de 1930. Neste sentido o *carlismo* se manteria vivo mesmo após a saída de Antônio Carlos da cena política, pois se configura como referência de ação política pautada pelos ideais do liberalismo, da luta contra a tirania, da garantia de liberdades democráticas. O carlismo só existe como oposição a outras correntes políticas da época, como o *Bernardismo*, expressão da política mineira sob a liderança de Artur Bernardes, ou o *Varguismo*, sob a liderança de Getúlio Vargas, ou ainda a ações de políticos como Washington Luís, que não se encontram definidas como corrente política no sentido de identificação à liderança.

ideias forma a base para a definição do *carlismo* somada à uma proeminência de Antônio Carlos no campo político devido a características e capacidades pessoais e de herança familiar. Dessa forma chegamos ao terceiro ponto de caracterização do *carlismo* que é sua construção discursiva a partir da narrativa biográfica. Essa construção superdimensionou aspectos específicos da trajetória de Antônio Carlos e reduziu a importância de outros fatos como forma de atribuir sentido à narrativa. Este jogo narrativo caracteriza a construção do mito político sobre Antônio Carlos, como buscamos apontar.

### A construção do carlismo

Para analisarmos a construção da ideia de *carlismo* presente na biografia de Antônio Carlos é fundamental recorrer à produção sobre sua atuação política durante as décadas de 1930 e 1940. Dentre essa produção, que em muitos pontos se caracteriza pelo extremo elogio, destacam-se dois textos: a obra *Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930*, de Aurino Moraes (1933), e a coletânea de artigos *Antônio Carlos: o Andrada da República* organizada por seu filho, Fábio Andrada (1946). Apesar da distinção do estilo, essas duas obras reúnem os principais elementos que caracterizam o projeto de memória sobre Antônio Carlos empreendido pelo político ainda durante seu período de atuação pública e continuado pela família após sua morte. Outro ponto relevante é o destaque que estes textos ganham na biografia. São as duas principais fontes utilizadas no último capítulo da obra, intitulado *Traços e Lembranças* (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 511 – 546), que corresponde ao apontamento final dos elementos que aqui definimos como o mito político do *carlismo*. Ao analisarmos tal construção recorreremos ainda a obras que circulam entre a memória, o jornalismo e a historiografia para apontar como essas características se apresentam e são recebidas no trânsito entre o tempo de atuação política de Antônio Carlos e o da produção da narrativa biográfica.

Com a proposta de analisar a participação do Estado de Minas Gerais na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, em um período muito próximo ao da ação política, Aurino Moraes acaba por construir um texto em que Antônio Carlos torna-se o centro do processo. Há em muitos pontos uma superposição entre a figura do político Antônio Carlos, do movimento da Aliança Liberal e do próprio Estado de Minas Gerais, como uma unidade de pensamentos e objetivos. O elemento principal dessa

unidade era a luta contra a “prepotência e o reacionarismo de um chefe de nação” (MORAES, 1933, p. 363), o presidente Washington Luís.

Para Aurino Moraes (1933, p. 07) o *carlismo* se define como uma corrente partidária chefiada por Antônio Carlos e contrária às características do chefe da Nação. Essa distinção se dá pelas características pessoais do líder: um político fino, de pensamento radicalmente democrático e liberal. Como Presidente do Estado ele encontra-se em condições de poder praticar livremente suas ideias políticas que até então, nos cargos que ocupara, estavam subordinadas a interesses independentes de sua vontade. O que o teria levado a governar Minas Gerais à margem da política reacionária do presidente da República.

As características políticas de Antônio Carlos são construídas a partir do contraste entre sua plataforma e as características do Governo de Washington Luís. Nessa distinção a proximidade com a opinião pública é um ponto central. Para reafirmar seu ponto de vista, Aurino Moraes (1933, p. 11) destaca o trecho da plataforma de Governo de Antônio Carlos onde se afirma: “Não é provável fique (*sic.*) com as melhores soluções o governo que se isole da opinião, ou o que, envaidecido pela nociva presunção de onipotência, não procure o concurso da classe ou dos homens esclarecidos”. O posicionamento do então presidente de Minas Gerais é contraposto à ação de Washington Luís no processo de definição do candidato para sua sucessão em 1929. Sobre o posicionamento do presidente da República, Moraes (1933, p. 11) escreve:

E onde o contraste com a mentalidade do sr. Washington Luís mais ainda se revelou foi neste trecho da plataforma. (...) E em 1929, ao ser discutido o problema da sucessão presidencial, que fez o sr. Washington Luís? Isolou-se da opinião, envaideceu-se por uma nociva presunção de onipotência e dispensou o concurso do povo, das classes e dos homens esclarecidos.

Na abordagem do isolamento “presunçoso” de Washington Luís no momento da escolha de seu sucessor dois elementos se destacam. Primeiro a definição dos entes que deveriam influir nas escolhas políticas de um líder: o povo, as classes e os homens esclarecidos que formam grupos de opiniões e interesses políticos distintos. Em segundo, em contraposição à “presunção de onipotência” do presidente da República, a imagem de Antônio Carlos é pautada pela ideia de altruísmo. A “desambição pessoal” de Antônio Carlos se expressa nas ações que contrariaram os interesses políticos do chefe da nação para que se cumprisse o seu programa de

Governo em Minas Gerais. Os interesses de Minas Gerais deviam ser colocados acima de quaisquer interesses pessoais. Esta é a questão destacada no trecho a seguir:

Dando provas de desambição pessoal, porque os inimigos do governo nada conseguiam, o sr. Antônio Carlos, provocando os primeiros choques, não ia sacrificar apenas o seu nome e as suas grandes possibilidades políticas, caracterizado mais tarde com o próprio *levantamento de seu nome para candidato à presidência da República*. Dispondo-se a impedir o desmoroamento de nosso regime o presidente de Minas, ao collocar-se em antagonismo ao governo federal, sacrificava, além do seu nome e das suas possibilidades, os elementos de que ia se cercar para a lucta [sic] (MORAES, 1933, p. 12, *grifos nossos*).

A desambição pessoal e a necessidade de atender aos interesses coletivos de Minas Gerais são colocados como elemento característico da ação política de Antônio Carlos em clara oposição às práticas de Washington Luís na presidência. Contudo, a possibilidade da candidatura do presidente de Minas Gerais à presidência da República como projeto frustrado é claramente um problema na narrativa de Aurino Moraes. Ao mesmo tempo que o autor justifica a possibilidade de Antônio Carlos querer chegar ao posto de presidente da República (MORAES, 1933, p. 362), assegurado pela experiência alcançada com a ocupação de inúmeros cargos políticos e suas características pessoais como fiadores deste projeto, o autor procura assegurar que este não era um desejo do político. As atitudes de Antônio Carlos no governo de Minas seriam a prova de que ele não desejava tal posto como um interesse pessoal. Segundo Moraes:

É difícil, entretanto, reconhecendo-se a inteligência do ex-presidente mineiro, aceitar a hypotese de que elle prentedesse com empenho a vaga do sr. Washington Luís. Si essa fosse a sua intenção, os actos que então praticava no governo de Minas desmentiriam a sua *grande habilidade política, por todos reconhecida e proclamada*. A política mineira apresentou aspectos interessantes durante o governo do sr. Antônio Carlos. Não foram poucas as atitudes claramente diferenciadas entre o chefe do executivo mineiro e a Bancada de Minas, na Câmara. Si, oficialmente, o presidente do Estado, pela Bancada, apoiava ou não contrariava determinado assumptos, nem sempre era esta a sua *opinião pessoal*. A Bancada fazia a política que melhor collaboração pudesse representar para o governo federal [sic] (MORAES, 1933, p. 362, *grifos nossos*).

Mais uma vez o altruísmo de Antônio Carlos ganha destaque na afirmação de que “nem sempre seu posicionamento político era idêntico a sua opinião pessoal”. O sacrifício de opiniões e interesses pessoais em nome do interesse do coletivo o distingue de Washington Luís, mas também no conjunto dos políticos mineiros. Afinal, as “atitudes diferenciadas” entre ele e a Bancada de Minas Gerais na Câmara Federal, onde esta fazia a política que “melhor pudesse colaborar com o governo federal”,

estabelece uma condição de maior distanciamento entre o presidente do Estado em relação ao poder central, do qual a Bancada na Câmara está próxima. Se as atitudes de Washington Luís são condenáveis, o melhor é que Antônio Carlos esteja o mais distante possível. Ainda que este posicionamento, em alguns casos, não pudesse ser oficial, ele não traía sua opinião pessoal ao tomar “atitudes claramente diferenciadas” em relação à Bancada.

Se a oposição de Antônio Carlos a Washington Luís, identificada nos posicionamentos distintos entre o chefe do executivo e os representantes mineiros na Câmara dos Deputados, são indício da busca de um posicionamento político autônomo, não podem ser tomados como sinal de que ele não projetava sua candidatura à Presidência da República. A busca por um fortalecimento político interno ao Estado de Minas Gerais é apontada por Barbosa Lima Sobrinho como indício deste projeto. De acordo com Sobrinho (1973, p. 18), Antônio Carlos buscava organizar em torno de seu nome os grupos mais influentes do Estado. Devido à necessidade de se aliar a diferentes grupos políticos, o presidente do Estado lançou mão de manobras cujos resultados se contradiziam. Com o objetivo de alcançar o apoio do Clero e das legiões católicas, o governo estadual estabeleceu a adoção do ensino religioso, a colocação da imagem de Cristo nas escolas e a indicação de capelães para a milícia. Ao mesmo tempo em que os protestos da maçonaria e dos positivistas evocavam o Estado leigo, o chefe político empreendia uma marcha liberal que, segundo Sobrinho, representava uma contradição com os aspectos religiosos adotados durante o governo. Dentre essas propostas, ditas liberais, estava a implantação do voto secreto, que atenderia às demandas populares e aglutinaria outro grupo político sob a influência de Antônio Carlos.

Segundo Luís Felipe Miguel (1998, p. 03), o descompasso entre o futuro anunciado pelas ideias políticas e aquele que se pode alcançar merece a classificação de mítico. Nem sempre as propostas são delirantes, mas o futuro anunciado nem sempre cumpre tudo o que fora prometido. Para Murray Edelman (*apud* MIGUEL, 1998), o voto e a participação popular democrática seriam os grandes mitos contemporâneos. Neste sentido as propostas políticas de Antônio Carlos, como o voto secreto, encontram uma distância perceptível dos resultados alcançados, mas, ainda assim, ganham grande destaque no texto biográfico como um elemento de mudança fundamental. A instituição do novo modelo de participação nos pleitos serve para

apontar como os projetos de cunho liberal de Antônio Carlos foram plenamente implementados em seu governo (MORAES, 1933, p. 12).

Essas medidas equiparavam-se aos “diplomas de liberalismo” que, segundo Barbosa Lima Sobrinho (1973, p. 18), devia-se à ignorância das massas e à pobreza ideológica dos partidos. O uso irrestrito da ideia de Liberalismo sem uma clara definição teórica ou com significações extremamente variáveis tornou-se uma marca de grande parte da elite política brasileira atuante entre a Primeira República e o período posterior a 1930. As contradições da carreira política de Antônio Carlos e da própria definição como liberal apontadas por Barbosa Lima Sobrinho (1973, p. 21) são identificadas em práticas como a apologia à contenção de despesas como forma de controle orçamentário, contrariada por sua ação de criação ou aumento de impostos como governante. Sua definição como “ecléctico”, feita por Costa Rêgo, se revela também em suas ações como Ministro da Fazenda do governo de Wenceslau Brás em que, a despeito de seu posicionamento contrário ao processo de emissão de papel moedas, comandou a política financeira de um governo considerado extremamente inflacionista. Devido ao distanciamento entre seu pensamento e seus posicionamentos políticos, a admiração inspirada por sua inteligência seria sempre suplantada pela desconfiança quanto a seus compromissos.

A influência do *carlismo* como corrente política estaria ainda expressa nas ações da Aliança Liberal. Na obra de Moraes (1933, p. 364) a Aliança é definida como uma nova corrente política que conseguiu uma adesão quase unânime e instantânea em quase todo o país, o que podia ser percebido no surgimento de núcleos liberais em todos os estados “com uma rapidez impressionante”. Apesar das referências às ações de João Neves e José Bonifácio, o texto se centra na identificação da plataforma da Aliança Liberal com os discursos de Antônio Carlos. Dessa forma, a figura de Antônio Carlos como o criador, idealizador e condutor da Aliança liberal como corrente política ganha destaque, pois essa nova corrente expressa as ideias que ele defendia e encontravam-se represadas pela limitação das ações nos cargos em que ocupara até 1926. A ocupação da presidência de Minas Gerais dera a ele, além da conciliação das funções de chefe político e chefe de governo, a possibilidade de lutar contra os desmandos de uma corrente política contrária identificada nas ações do presidente da República. Os conflitos internos da política mineira não são discutidos. Antônio Carlos parece se sobrepôr a essas disputas com os demais chefes políticos estaduais que têm sua

importância reduzida, ou mesmo desaparecem da narrativa, como é o caso de Artur Bernardes<sup>10</sup>.

Essas características faziam com que Antônio Carlos, como líder político, fosse visto com desconfiança até mesmo pelas forças tradicionalmente vinculadas à situação mineira. Muitos não queriam seguir seus comandos por haver sempre o receio de manobras em que o candidato se salvaria enquanto os partidários pereceriam. Para Barbosa Lima Sobrinho (1973, p. 21), “na hora da retirada ninguém o excederia em habilidade. Na hora da ofensiva, ninguém o venceria em prudência”. Antes da ação prática, ele se destacava pela atividade no campo das ideias. “A ação física não lhe agrada, nem a de tribuno popular. Não saberia esconder um leve sorriso de desdém que seria o sinal de incompatibilidade entre ele e o povo, irreduzível e recíproco”. Além da desconfiança e do receio de membros da elite política mineiras, sua característica aristocrática afastava-o da condição de político popular.

Contudo, este distanciamento ajudaria a explicar uma de suas características mais marcantes na análise de Barbosa Lima Sobrinho (1973, p. 20) quando afirma que Antônio Carlos:

Por que, indeciso e flutuante diante dos problemas de ação política, desde que se determine, ou que os acontecimentos o arrastem, insensivelmente, a um dos acampamentos, aceita todos os encargos que lhe couberem, indiferente da opinião pública, ou até mesmo satisfeito de contrariá-la, se daí lhe pode resultar algum benefício para a carreira política.

Interessante como o distanciamento em relação à opinião pública, como característica atribuída a Washington Luís por Aurino Moraes como contraponto ao político mineiro, é aqui atribuída ao próprio Antônio Carlos. No texto biográfico essa aproximação com a opinião pública é afirmada (PEREIRA e FARIA, 1998, p. 382), ainda que não se negue o fato dele não ser um “homem do povo”, mas um membro da elite que, no entanto, conhece e atende aos anseios populares. À despeito da falta de identificação com o povo e da desconfiança junto à elite política mineira, a circulação de Antônio Carlos pelas correntes políticas de Minas Gerais é destacada por Barbosa Lima Sobrinho (1973, p. 22):

Na hora em que parecia mergulhar no ostracismo político, um velho inimigo, o Sr. Raul Soares, destacava-o para a liderança da bancada mineira. Outro adversário, o Sr. Artur Bernardes, promovia-o à presidência de Minas. Seria

---

<sup>10</sup> Artur da Silva Bernardes (1875 – 1955) foi presidente do Estado de Minas Gerais (1918 – 1922) e presidente da República (1922 – 1926), mantendo-se como importante liderança política estadual durante a década de 1930.

o Sr. Washington Luís menos acessível que o chefe de Ubá, o ríspido Sr. Raul Soares? Seria menos flexível que o pétreo Sr. Artur Bernardes? Não o sabia ainda o Sr. Antônio Carlos. Enquanto não viesse a prova definitiva, convinha experimentar, diante do presidente, aquelas insuperáveis faculdades de sedução pessoal e de graciosa submissão, que haviam rendido os dois chefes da política mineira (LIMA SOBRINHO, 1973, p. 22).

A capacidade de “sedução pessoal” como marca da ação política de Antônio Carlos soma-se a uma pretensa candidatura à Presidência da República e é usada para manter a proximidade com Washington Luís enquanto este projeto se mostrava viável. Contudo, para além da opinião de Barbosa Lima Sobrinho sobre as características pessoais de subserviência e astúcia do presidente de Minas Gerais, o texto é fundamental para identificar o campo político em que Antônio Carlos atuava. Se no cenário nacional ele é colocado em contraposição ao presidente da República a partir do momento em que o projeto de candidatura à presidência é frustrado, no interior da política mineira destaca-se seu posicionamento perante os chefes que lideravam as correntes políticas estaduais, como é o caso de Artur Bernardes.

### **Conclusão: o mito como ligação entre passado e futuro**

As narrativas sobre Antônio Carlos, como a biografia, a reunião de artigos na imprensa, os discursos políticos, as comemorações oficiais e as atividades comandadas pela família Andrada apontam para a construção e retomada de um mito político que se liga à herança de uma antiga tradição familiar e política. Nela encontramos a imagem do salvador e representante dos anseios do povo mineiro, aquele que conhece suas necessidades, o que abre mão de direitos em nome de um bem maior e, ainda, do político traído pelos companheiros tornando-se vítima de complôs<sup>11</sup>. Essas idéias estão presentes nos textos sobre Antônio Carlos e constroem sua representação política nos vários eventos da Aliança Liberal, da Revolução de 1930, da Constituinte e do período de ostracismo vivido por ele a partir do Estado Novo. A perda, ao menos em parte, de importância e relevância política abre a necessidade de construção do mito, das narrativas que constroem para a posteridade uma memória

---

<sup>11</sup> Essa ideia encontra-se presente no debate sobre o afastamento de Antônio Carlos das posições centrais do cenário político a partir de 1935. Este afastamento e a condição de político secundário estabelecida pela memória sobre a Revolução de 1930 construída a partir da centralização da narrativa na figura de Getúlio Vargas são apontadas como elementos da traição praticada contra Antônio Carlos por antigos aliados.

concorrente à memória oficial ou dos grupos que se destacaram nos novos embates políticos dos quais Antônio Carlos se encontrava afastado.

Este mito, construído por meio da memória, se vincula à tradição que se pretende manter no presente, identificando-a com Antônio Carlos, e no futuro, com os membros da família que permanecem na atividade política após seu afastamento da vida pública. É a busca pela continuidade da tradição andradina elaborada pelos herdeiros de Antônio Carlos que, para superar o descompasso temporal, a distância entre os primeiros Andradas e seu próprio tempo, contribuem para construção do mito do *carlismo*. Antônio Carlos e o *carlismo* seriam assim a continuidade de uma tradição na política nacional que remonta à Colônia e ao Império e, após sua morte, a família buscaria a garantia da manutenção dessa tradição por meio da construção da memória e da permanência do nome Andrada no cenário político republicano.

A partir dos apontamentos de Henry Rousso (2014, p. 273) sobre o presentismo, percebemos o quanto a memória parece se apagar ou deixar de fazer sentido quando os atores e os fatos encontram-se afastados no tempo. Ela precisa se reinventar e se reconstruir para promover uma aproximação entre as diferentes temporalidades. Dessa forma, a memória sobre os Andradas da Independência e do Império perde sentido com o passar do tempo e, para que a tradição se mantenha e aqueles que dela retiram frutos políticos possam manter seu *status*, é preciso renová-la. Assim a representatividade nacional dos Andradas se revigora com o papel atribuído a Antônio Carlos em Minas Gerais e no Brasil, dado a importância deste Estado no cenário da política nacional.

Percebemos que este *carlismo* não se consolidou efetivamente como uma corrente política, mas como uma construção narrativa posterior ao auge de sua atuação. Este termo surge nos escritos laudatórios contemporâneos à sua atuação, mas produzidos a partir de um momento em que a perda de espaço político se torna cada vez mais clara. Presente na biografia como forma de destaque das realizações do político mineiro, essa identificação do *carlismo* já servia durante as décadas de 1930 e 1940 para garantir na memória histórica mineira e nacional um lugar de destaque para o político que é lançado para a margem da vida pública na segunda metade da década de 1930. A narrativa termina por estabelecer um ponto de negociação entre o tempo vivido pelo ator político e o tempo da escrita, tanto da biografia, quanto de outros textos laudatórios. Produzidos em um momento em que o político se encontra despojado dos lugares de destaque que ocupara, a memória desta atuação gravada

nestes escritos é a forma de manter viva a tradição e a influência pessoal de Antônio Carlos e da família Andrada dentro do campo político mineiro e nacional.

---

#### THE CARLISM AS POLITICAL MYTH: ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADA AND THE MEMORY OF THE PARTICIPATION OF MINAS GERAIS IN THE 1930 REVOLUTION

**Abstract:** This article objects to discuss a political myth construction by focusing on the acts of Antonio Carlos Ribeiro de Andrada contained in his biography and founded by the texts of memory about the 1930 Revolution produced in Minas Gerais. These works show. These works points to the necessity of creating a speech that opposes to the one that has been claimed by the historical culture, under Getúlio Vargas' memory studies domain. The political myth idea presents itself through the perspective increase of Antonio Carlos' political actions, giving him a relevant condition that cannot be found in other narratives that compounds such historical culture. At this, we shall present the idea of Carlismo that relates to this figure prominent condition in Minas and Brazil's political field between 1920 and 1930, constructing itself into a myth that establishes a connection between the past and the future as a way to remain through contemporaneity the memory of his acts alive.

**Keywords:** 1930 Revolution. Minas Gerais. Memory. Political myth. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada.

---

#### Referências

ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. *A Palavra do Presidente Antonio Carlos na Campanha da Aliança Liberal*. Prefácio de Abílio Machado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1930.

ANDRADA, Fábio (compilador). *Antônio Carlos – o Andrada da República*. Coleção Poliantéia. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso S.A, 1946.

ANDRADA, Bonifácio de *et al.* *VI Seminário de Estudos Mineiros: a Revolução de 1930*. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

ANDRADE, Moacir. *O Espírito de Antônio Carlos*. [S.I.]: Edições Mantiqueira, s.d.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultura do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos; História e Cultura Histórica. In: *Saeculum – Revista de História*. João Pessoa: jan/jun, 2007, [16], pp. 83 – 102.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias políticas*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. *A verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo: Unitas, (1933) 1973.

MIGUEL, Luis Felipe. Em Torno do Conceito de Mito Político. *DADOS*, Rio de Janeiro: IUPERJ, vol. 41, n. 3, 1998.

MORAES, Aurino. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990.

PEREIRA, Lúgia Maria Leite & FARIA, Maria Auxiliadora. *Presidente Antônio Carlos: Um Andradista da República: O Arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro. Editora Nova Fronteira. 1998.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. Uma história da mineiridade: o sentido “essencialista” de uma representação *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador: Formação e Mercado de Trabalho*. Juiz de Fora: 28 a 31 de julho de 2014.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma Globalização da Memória. *História Revista*. Goiânia, v. 19, n. 1, p. 265-279, jan./abr. 2014.

SANDES, Noé Freire. A Memória Inconsútil: São Paulo, 1932. In: FREDRIGO, Fabiana de Souza; OLIVEIRA, Fabiane Costa; SALOMON, Marlon (org.). *Escritas da História: arte, cultura e memória*. Goiânia: UCG, 2009, pp. 179-197.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Danylo Di Giorgio Martins Mota** é doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

---

Recebido em 12/03/2018

Aceito em 05/07/2018